



# MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 318/2021**, de 23 de junho de 2021.

**Regulamenta a Lei nº 940/2021, de 22 de junho de 2021, que concede benefícios fiscais nas Taxas de Verificação e Funcionamento Regular de Estabelecimentos e de Fiscalização Sanitária, Exercício 2021 às empresas que comprovarem perda de faturamento nos termos da respectiva Lei**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 940/2021, DE 22 DE JUNHO DE 2021,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Regulamentar a Lei nº 940/2021, de 22 de junho de 2021, que concede benefícios fiscais nas Taxas de Verificação e Funcionamento Regular de Estabelecimentos e de Fiscalização Sanitária, Exercício 2021 às empresas que comprovarem perda de faturamento nos termos da respectiva Lei.

**Art. 2º** Os pedidos dos possíveis candidatos aos benefícios fiscais previstos para as Taxas de Verificação e Funcionamento Regular de estabelecimentos e de Fiscalização Sanitária referente ao Exercício de 2021, deverão protocolar seu pedido, com a documentação mínima prevista na Lei Municipal nº 940/2021, através do Protocolo Online, no link: <https://medianeira.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou dirigir-se ao Departamento de Protocolo, situado no andar térreo, ala oeste, do Paço Municipal José Della Pasqua, munido de no mínimo a documentação prevista na Lei Municipal nº 940/2021 - o assunto para o protocolo é Pedido de Benefícios Fiscais Empresa – Lei nº 940/2021.

**Parágrafo único.** O prazo para o protocolo do pedido será de 1º de julho de 2021 à 31 de julho de 2021, os pedidos realizados fora do prazo serão indeferidos, sem resolução de mérito por decurso do prazo.

**Art. 3º** Em 1ª Instância os pedidos serão analisados pelos Auditores Fiscais Tributários lotados no Departamento de Auditoria Fiscal Tributária, os quais emitirão sua decisão administrativa, exclusivamente pelo sistema de Protocolo Online, sendo de responsabilidade do contribuinte o acompanhamento do seu pedido junto ao sistema de Protocolo.

**Art. 4º** A partir da data da decisão administrativa emitida pelo Departamento de Auditoria Fiscal Tributária, fica facultado ao contribuinte apresentar recurso, devidamente fundamentado, no prazo de 30 (dias), nos termos dos Arts. 209 e seguintes do Código Tributário Municipal.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 5º** No caso de deferimento da solicitação do contribuinte, será(ão) emitida(s) guia(s) de recolhimento com o benefício fiscal apurado, a(s) qual(uais) deverá(rão) ser(em) recolhida(s) até a(s) data(s) do(s) respectivo(s) vencimento(s), sendo que o recolhimento após a(s) data(s) da(s) guia(s) juntada(s) ao Processo Administrativo acarretará a perda do benefício fiscal concedido ao contribuinte.

**Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 23 de junho de 2021.

Antônio França Benjamim  
**Prefeito**

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento  
Emenda à Lei Orgânica nº 022/2013

Marta Regiana Ribeiro Fracaro  
**Secretária de Finanças**



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 319/2021**, de 23 de junho de 2021.

**Ficam estabelecidos os prazos para vencimento das parcelas referentes a Taxa de Fiscalização e Verificação de funcionamento regular de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e Taxa de Fiscalização Sanitária; a Taxa de Licença para Localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços, a título precário, para o comércio ambulante de lanches; e quiosques e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Profissionais Liberais e Autônomos)**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidos os prazos para vencimento das parcelas referentes a Taxa de Fiscalização e Verificação de funcionamento regular de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e Taxa de Fiscalização Sanitária, da Taxa de Licença para Localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços, **a título precário**, para o comércio ambulante de lanches e quiosques e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Profissionais Liberais e Autônomos), quais sejam:

- 1ª Parcela: **10/08/2021**;
- 2ª Parcela: **10/09/2021**;
- 3ª Parcela: **11/10/2021**;
- 4ª Parcela: **10/11/2021**; e
- 5ª Parcela: **10/12/2021**.

**Art. 2º** O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 100,00 (cem reais).

**Art. 3º** As guias de recolhimento dos referidos tributos poderão ser obtidas no Site do Município através do seguinte link: <http://cidadeao.medianeira.pr.gov.br/iptu/index.php> ou junto ao Departamento de Tributação do Município situado no andar térreo, ala leste, do Paço Municipal José Della Pasqua.

**Art. 4º** Caso o contribuinte discorde do valor constante da guia referente aos tributos elencados no presente Decreto, referentes ao Exercício de 2021, o mesmo pode apresentar pedido de revisão dos valores lançados, devidamente fundamentado e com as provas que demonstrem o seu direito, sendo o prazo para a solicitação de revisão o do vencimento da primeira parcela (10/08/2021), os pedidos de revisão de valores apresentados após este prazo serão indeferidos, sem análise do mérito.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**Parágrafo único.** O pedido de revisão do valor lançado pode ser realizado pelo contribuinte através do Protocolo Online, no link: <https://medianeira.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou dirigir-se ao Departamento de Protocolo, situado no andar térreo, ala oeste, do Paço Municipal José Della Pasqua.

**Art. 5º** Em 1ª Instância os pedidos serão analisados pelos Auditores Fiscais Tributários lotados no Departamento de Auditoria Fiscal Tributária, os quais emitirão sua decisão administrativa, exclusivamente pelo sistema de Protocolo Online, sendo de responsabilidade do contribuinte o acompanhamento do seu pedido junto ao sistema de Protocolo.

**Art. 6º** A partir da data da decisão administrativa emitida pelo Departamento de Auditoria Fiscal Tributária, fica facultado ao contribuinte apresentar recurso, devidamente fundamentado, no prazo de 30 (dias), nos termos dos Arts. 209 e seguintes do Código Tributário Municipal.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 23 de junho de 2021.

Antonio França Benjamim  
**Prefeito**

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento  
Emenda à Lei Orgânica nº 022/2013

Marta Regiana Ribeiro Fracaro  
**Secretária de Finanças**